

INFORMATIVO **bancário**

f/bancariosdf

bancariosdf.com.br

Brasília, 12 de junho de 2019

Número 1.462



BANCÁRIOS APROVAM ADESÃO À GREVE GERAL DESTA SEXTA 14



- ✓ **CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS**
- ✓ **POR EMPREGOS, RENDA E DIREITOS**
- ✓ **EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE**

Os bancários de Brasília vão se somar às demais categorias de trabalhadores em todo o país e cruzar os braços na grande Greve Geral do dia 14 contra a reforma da Previdência do governo que onera somente os trabalhadores e prejudica os mais pobres. A decisão foi tomada na assembleia geral da categoria realizada pelo Sindicato na noite desta segunda-feira (10), na sede da entidade.

A paralisação é uma convocação feita pela CUT e as demais centrais sindicais. Além dos bancários, também já decidiram pela adesão ao movimento servidores públicos, professores, agricultores, profissionais da educação pública e privada, metalúrgicos, petroleiros e rodoviários, entre outras categorias.

“A principal bandeira dos trabalhadores nesta greve é contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que saqueia nossos direitos e entrega aos banqueiros, mas a conjuntura político-econômica exige a inclusão de outros temas, como a defesa dos bancos públicos, por exemplo”, reforçou o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

Diante da importância do movimento tanto para a classe trabalhadora como para a sociedade em geral, foi lembrado durante a assembleia que o Sindicato está dando ampla publicidade da greve à população, com veiculação de comercial em todas as estações do metrô do DF desde a última sexta (7).

Para ratificar a decisão da assembleia desta segunda e organizar a paralisação do dia 14, o Sindicato fará nova assembleia geral dos bancários na quinta-feira (13), às 19h, também na sede da entidade.

GREVE É DIREITO

A greve do dia 14 é um movimento unificado e legítimo da classe trabalhadora em defesa não só do direito à aposentadoria, mas também contra as ameaças de retrocessos que o governo e o parlamento querem impor ao conjunto dos trabalhadores. Por isso, a participação de todos se faz necessária para que o movimento seja bem-sucedido.

O direito de greve está assegurado na Constituição Federal de 1988 e na lei 7.783/89, que prevê, em seu artigo 1º: “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

A mesma legislação proíbe as empresas de “adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento”. Ações dos bancos nesse sentido têm sido derrotadas na Justiça por meio de processos movidos pelo Sindicato.

Não vai ter transporte!



Educadores na greve geral



Comércio e serviços na greve geral



Servidores públicos mobilizam para a greve geral



GREVE GERAL DIA 14

REAJA OU MORRA TRABALHANDO



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A proposta do governo coloca em risco o auxílio maternidade, a pensão por morte, o auxílio para idosos e deficientes com baixa renda, o auxílio por invalidez, o FGTS e o abono salarial PIS/PASEP.

As mulheres poderão se aposentar apenas com 62 anos, independente do tempo de contribuição. Sem a proposta, elas poderiam aposentar a qualquer idade, desde que tenham contribuído por 30 anos, ou se aposentar aos 60, caso tenham contribuído por 15 anos.

A proposta também aumenta o tempo de contribuição para homens e mulheres. Você terá que contribuir por pelo menos 20 anos, e mesmo assim só terá 60% do valor da aposentadoria. Para ganhar o valor integral, deverá contribuir por 40 anos.

Capitalização

A reforma também vai tirar a responsabilidade do governo e do patrão de contribuir para a Previdência. Você será o único responsável para fazer uma espécie de poupança.

Crueldade com idosos

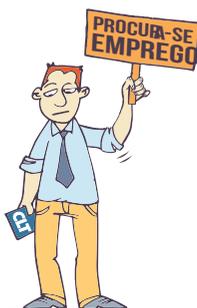
Idosos entre 65 e 70 anos em situação de extrema pobreza terão renda de apenas R\$ 400.

Mais ricos privilegiados

A reforma não aplica nenhum tipo de taxa sobre megaempresários e bancos, e acaba com a obrigação dos empregadores de depositar o FGTS e pagar multa rescisória para aposentados que voltarem a trabalhar.

PRIVATIZAÇÕES

Embora o governo negue, a privatização dos bancos públicos já foi iniciada. No BB, por exemplo, foram privatizadas as áreas de cartões e seguros. Agora, o governo planeja privatizar os fundos administrados, umas das áreas mais rentáveis do BB. Na Petrobras, foi aberto PDV. Pelo Twitter, Bolsonaro afirmou que está autorizada a realização de estudos para a privatização dos Correios.



EMPREGO, RENDA E DIREITOS

O governo propôs que o salário mínimo tenha correção só pela inflação (INPC), sem aumento real. Dessa forma, a política de valorização do salário mínimo, adotada ainda no governo Lula, foi jogada na lata do lixo, prejudicando cerca de 48 milhões de pessoas, segundo o Dieese. Junto a isso, a última PNAD Contínua do IBGE mostra que o desemprego atinge 13,4 milhões de pessoas.

SERVIÇO PÚBLICO

Saúde, educação e segurança podem ser alguns dos serviços públicos extintos com aplicação do projeto de Estado mínimo do governo. Para o presidente, serviço público "é uma fábrica de marajás" e o funcionalismo, "o grande problema da Previdência no Brasil". O congelamento dos concursos públicos, a perseguição a servidores contrários aos projetos ultraliberais, a ameaça de fim da estabilidade do funcionário público estão entre os exemplos de implantação de Estado mínimo por Bolsonaro.

ACESSO À TERRA

Nos 120 primeiros dias de governo, foram intensificados os despejos violentos no campo e os ataques aos acampados. Com os povos indígenas e quilombolas, não é diferente. Assim como os trabalhadores sem terra, as diversas etnias indígenas vêm sendo dizimadas através de ataques e da exclusão de programas sociais que prezavam pela saúde, alimentação e outros direitos essenciais, principalmente a demarcação de terras.

POR IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DIREITOS

Para Bolsonaro, a diversidade é algo que deve ser combatido. O exemplo mais recente foi a censura da propaganda do BB com jovens negros e tatuados. Sem explicações, o presidente mandou a peça publicitária sair do ar e demitir o diretor de Marketing, Delano Valentim.



ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

No governo, há um completo desrespeito dos direitos individuais e coletivos, dos direitos sociais e dos direitos políticos, retirando do Brasil o perfil de Estado Democrático de Direito. Desde 1º de janeiro, não só as entidades sindicais e suas lideranças, mas dos movimentos sociais em geral e parlamentares ligados à esquerda vêm sofrendo ataques. A importância da Constituição, o trabalho para garantia da justiça social e a soberania popular são ignorados.

Expediente

INFORMATIVO **bancário**



Secretário de Imprensa Rafael Zanon (imprensa@bancariosdf.com.br)

Conselho Editorial Kleyton Morais (BB), Antonio Abdan (Caixa), Cristiano Severo (BRB) e Jorge Kotani (Bancos Privados)

Editor Renato Alves Redação Mariluce Fernandes, Joanna Alves e CUT Brasília

Diagramação Fabrício Oliveira

Fotografia Guina Ferraz

Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A - Asa Sul - CEP 70383-400

Telefone (61) 3262-9090

Endereço eletrônico bancariosdf.com.br

e-mail imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem 12.000 exemplares

Distribuição gratuita

Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF